

SERVIÇOS

Hospital Veredas realiza mutirão de cirurgias ortopédicas durante todo mês de setembro

A NOTÍCIA

GAFE!

Situação ocorreu quando Igor Timo reclamou de não ter sido chamado para discursar

Deputado federal esquece microfone ligado e xinga Arthur Lira de filho da p...

CORRUPÇÃO

Justiça determinou afastamento de integrantes da Família Garrote de cargos públicos
Protegido de Arthur Lira é acusado de saquear cofres de Estrela de Alagoas



BRASÍLIA

Relatório da CPI pode não avançar quando for encaminhado à PGR
Senador Renan Calheiros quer definição criteriosa de crimes contra Bolsonaro

FINANÇAS

O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no início do mês

Alagoas pode ter prejuízo de R\$ 398 milhões com revisão das regras do IR

DATAFOLHA



DINHEIRO

Alagoas é o estado que possui a CNH mais barata do Brasil

CNH vai ficar mais cara; veja os novos valores

PROTEÇÃO PESSOAL

Hoje o spray e armas de eletrochoque são considerados Produtos Controlados

Comissão aprova regras para uso do spray de pimenta e armas de choque

A curva pode indicar mais um contratempo em um projeto de reeleição

Apoio de evangélicos a Bolsonaro diminui, e reprovação só aumenta



NO TWITTER

Renan Calheiros postou nas redes sociais suas considerações sobre a Prevent Senior, acusada de usar o Kit Covid sem o conhecimento de seus pacientes. “A Prevent Senior fugiu da CPI. A operadora de plano de saúde ocultou mortes em estudo sobre cloroquina, prescreveu “kit Covid”, assediou clientes pelo uso de remédios ineficazes. Isso com apoio de postagens e propaganda de um presidente da República irresponsável e aliado do vírus”, destacou.

COLLOR

Já Collor, amigo de Bolsonaro por interesse, tuitou a respeito sobre votação polêmica. “O Senado prorrogou, para efeito das medidas de reorganização do calendário escolar, o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 até o encerramento do ano letivo de 2021, promovendo segurança jurídica para as ações de gestores escolares e de professores”.

MEMÓRIA

Fechando o passeio pelas redes dos senadores, Rodrigo Cunha falou sobre o PLP 73/2021 que, em homenagem, leva o nome do ator Paulo Gustavo. O projeto é medida essencial de apoio à cultura neste período de pandemia, prevendo o repasse de R\$ 3,8 bilhões para o setor. No entanto, a votação, que estava marcada para esta semana, foi adiada novamente. O projeto será reincluído na pauta de votação da próxima semana.

ESPORTE

Durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 15, o deputado Silvio Camelo (PV) parabenizou o governador Renan Filho por garantir patrocínio aos clubes de futebol alagoano que atuam na Série B do Campeonato Brasileiro - CRB e CSA -, em evento realizado ontem no Museu Floriano Peixoto. Serão destinados cerca de R\$ 4 milhões aos clubes. Além disso, o Governo do Estado também autorizou o início da reforma das arquibancadas do estádio Rei Pelé. Camelo contou que participou da solenidade de repasse das verbas aos clubes, representando o CSA, juntamente com o deputado Marcos Barbosa (Cidadania) como representante e ex-presidente do CRB.

TECNOLOGIA

O HUB Senai de Inovação e Tecnologia, o primeiro do país, será inaugurado nesta terça-feira, 21, às 19 horas, no Senai Poço. O ambiente possui equipamentos como impressoras 3D e até uma área que simula a operação de uma indústria 4.0, trazendo o futuro da indústria para o estado. O espaço é destinado a garantir o acesso dos empreendedores alagoanos a tecnologia de ponta e a consultorias para o desenvolvimento de produtos. Nele, é possível realizar projetos de pesquisa e construir protótipos. “Muitas vezes, o empreendedor tinha a ideia e não tinha como materializar. Agora, neste centro de tecnologia, ele vai poder concretizá-la”, disse o presidente da Fiea, empresário José Carlos Lyra de Andrade. O HUB Senai de Inovação e Tecnologia apoiará a modelagem de novos negócios e a aceleração de projetos inovadores, promovendo a cultura de inovação aberta e estimulando o desenvolvimento de novos negócios.

Despreparo

EDITORIAL

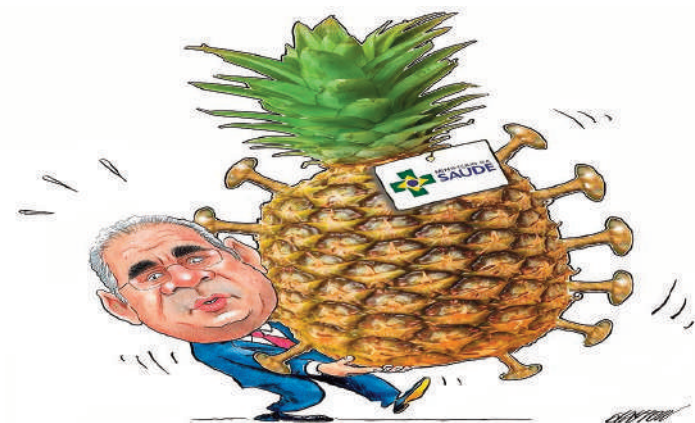
O ministro da Saúde Marcelo Queiroga recebeu um oceano de críticas com a suspensão da vacinação de adolescentes. Renan Filho, governador de Alagoas, informou que o estado deverá continuar com a imunização. JHC, prefeito de Maceió, mantém a vacinação. Nas redes sociais, Filho disse que a decisão de Queiroga é, no mínimo, confusa. Outros governadores também viram com descrédito a decisão ministerial.

Para se ter uma ideia, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) emitiram nota conjunta divergindo da posição do ministro. Ou seja, o Brasil está sendo administrado por líderes sem qualquer tipo de credibilidade.



LAURENTINO VEIGA

ARTIGO



Rodolfo Schneider, diretor nacional de jornalismo da Band e apresentador do Jornal da Band, criticou a coletiva do chefe da pasta. “Ministro Queiroga usa informação falsa, cria desespero em milhões sem embasamento e ignora a ciência”, escreveu.

O governo de Bolsonaro coleciona crises. Sai de uma e cai em outra. Não é uma administração que flui. Sempre tem

uma rusga, uma má conduta. O Brasil não merece tanto despreparo.

Conforme a Sociedade Brasileira de Imunizações, “não há evidências científicas que embasem a decisão de Queiroga”. Os conselhos de secretários estaduais e municipais de Saúde afirmaram que a decisão de Queiroga não tem “respaldo técnico e científico”.

A quatro mãos

A magnífica obra Psicopatologia – Uma Abordagem Integrada – tradução da Noveritis do Brasil e, portanto, teve sua revisão técnica feita por Thaís Cristina Marques dos Reis, mestre em Ciências pelo Departamento de Psiquiatria e Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Escrita a quatro mãos pelos doutores David H. Barlow, pioneiro e líder internacionalmente reconhecido em psicologia clínica e V. Mark Durand, que é, por excelência; conhecido mundialmente como uma autoridade na área de transtorno do espectro autista.

São 752 páginas versando sobre as temáticas: Comportamento anormal no contexto histórico, Avaliação clínica e diagnóstico, Métodos de Pesquisa, Transtorno de ansiedade, Transtornos relacionados a trauma e a estressores e transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos relacionados, Espectro da esquizofrenia e outros transtornos psicóticos e serviços de saúde mental: questões legais e éticas. Evidentemente, os renovados autores detalham os

assuntos a fim de melhorar a compreensão dos profissionais da área da saúde como um todo.

A propósito, destaco o médico psiquiatra no Estado de Alagoas. Dr. Francisco Hélio Dantas Júnior, que atua na Gastroclínica em Maceió, bem como na próspera Arapiraca (Casa de Saúde e Maternidade Afra Barbosa). Nas especialidades: Ansiedade, Anorexia-Bulimia, Autismo, Depressão, Stress pós-traumático, Síndrome do Pânico, Tabagismo e Transtornos Bipolar. Ético, e, sobretudo, atende às pessoas no sacerdócio médico que escolheu por idealismo e vocação.

Na contracapa do livro em apreço, vê-se uma súmula detalhada do conteúdo editorial. Os recentes avanços da ciência comprovam que não é mais possível ter uma visão única da psicopatologia, portanto, a proposta desta obra é oferecer uma abordagem integrada em que as interações intrincadas dos fatores biológicos, psicológicos e sociais são explicitadas da maneira mais clara e

convincente possível.

Em outras palavras, trata-se de um livro-texto para as disciplinas de psicopatologia ligadas à psicologia, à medicina e às tantas outras áreas de saúde mental, nos cursos de graduação e pós-graduação, latu sensu e stricto. Recomenda-se aos profissionais de saúde mental que almejam se manter atualizados a respeito dos recentes avanços e pesquisas científicas relacionados aos diversos transtornos mentais. Inclusive, estão inseridas as novas diretrizes do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-5.

A Globalização não aconteceu tão somente na Economia e no Comércio Internacional, profissão que escolhi e na qual atuo, sobretudo na área médica, onde na atualidade se experimenta novos tratamentos e, por que não dizer, métodos revolucionários que buscam uma melhor qualidade de vida para os portadores de doenças mentais nos diversos países do Velho Mundo, América Latina, particularmente, nosso Estado de Alagoas.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

Braskem explica...

Acompanhe na TV, rádio, jornal, internet e no seu WhatsApp as ações que estão sendo feitas nos bairros de Maceió.

...como vem avançando a apresentação das propostas de compensação.

O PCF foi criado para atender os moradores, comerciantes e empresários das áreas de desocupação e monitoramento, visando dar mais agilidade e eficiência tanto no apoio às pessoas quanto ao fluxo de compensação financeira.

Para as propostas de indenização o Programa leva em conta o valor e características de imóveis semelhantes, localização, benfeitorias no imóvel, área construída e tamanho do terreno. Além disso, não é considerada a depreciação dos imóveis.

No caso de comerciantes e empresários, o valor da compensação é definido por tipo de negócio, renda (faturamento) e características do imóvel, por exemplo. Até as despesas de fechamento da empresa são consideradas no cálculo. O diálogo com as autoridades* e a escuta à comunidade têm ajudado a aperfeiçoar o Programa de Compensação Financeira, como em junho de 2021, quando foram definidos prazos de referência para os pedidos de reanálise de propostas.

*Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE).

Confira os números atualizados do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (até 31/08/2021)

O compromisso da Braskem de apresentar propostas com valoração adequada e fundamentadas em normas técnicas tem se refletido nos principais números indicadores do Programa.

Índice de aceitação das propostas: **99,6%**

Mais de **R\$ 1,3 bilhão** pago pela Braskem, incluindo indenizações, auxílios financeiros e honorários.

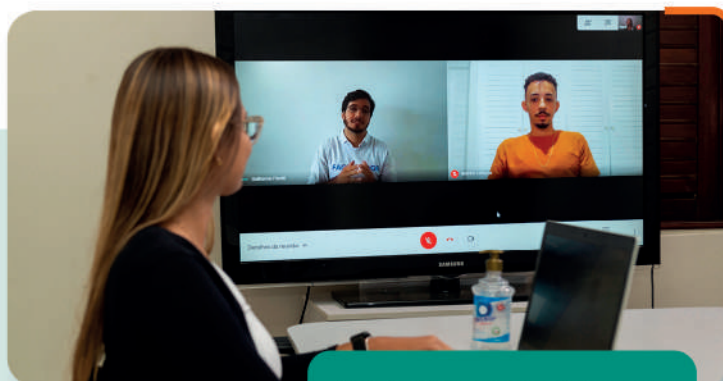
Mais de **1,1 mil** comerciantes e empresários indenizados

9.046 propostas de compensação apresentadas

7.662 propostas de compensação aceitas
6.444 indenizações pagas



Medições e registros feitos pelos técnicos sociais fazem parte dos documentos para avaliação dos imóveis



Mais de 1200 profissionais trabalham para o avanço do Programa

Quer saber mais?

Acesse o site
braskem.com.br/alagoas

Entre no nosso
WhatsApp:

82 99973-7161



0800 006 3029 ou
0800 954 1234

De segunda a sexta, das 8h às 18h (exceto feriados). Ligações gratuitas, inclusive de celulares.

Braskem

SERVIÇOS

Mais um fim de semana visando zerar a fila dos pacientes que mais precisam

Hospital Veredas realiza mutirão de cirurgias ortopédicas durante todo mês de setembro

O Hospital Veredas, está realizando um mutirão de cirurgias ortopédicas para ampliar a realização dos procedimentos de artroplastia de joelho e quadril, tendo em vista o aumento da demanda por conta da pandemia, durante todos os finais

de semana do mês de setembro, serão realizadas cirurgias. A meta, é zerar a fila de pacientes ortopédicos oriundos do Hospital Geral do Estado. Os especialistas do hospital acreditam que isso é reflexo da retomada crescente do ritmo das cirur-

gias eletivas.

O mutirão começou no sábado, (11), quando foram realizados seis procedimentos de artroplastia, foram atendidos pacientes que necessitavam de cirurgias para colocação de prótese no joelho e quadril

decorrentes de doenças degenerativas, e vai seguir neste ritmo até todos os pacientes serem operados. Como foi o caso do paciente Ronaldo Silva Barros, e Maria Cicera Pereira da Silva, que por conta de doenças degenerativas, precisaram

de cirurgias de artroplastia de joelho e quadril, respectivamente.

“Tenho fé que essa cirurgia acabará com as dores que eu sinto e irá melhorar minha qualidade de vida”, afirmou Maria pouco antes de entrar no centro cirúrgico.



ELETIVAS

Retomada de cirurgias pretende zerar filas

O diretor médico do Hospital, dr Gustavo Pontes de Miranda Oliveira, explica que houve a necessidade de ampliar esse serviço de forma emergencial. “Enquanto estávamos em isolamento social, tivemos que parar as cirurgias eletivas para não colocar nossos pacientes em risco,

mas com a retomada do ritmo, chegou a hora de zerar a nossa demanda no setor ortopédico, o que nos levou a realizar esse mutirão”, afirma o médico explicando que essa é a melhor forma de resolver a questão, garantindo mais agilidade no atendimento dos pacientes.

Realizam as cirurgias os médicos ortopedistas, George Cordeiro, Bruno Houly e Rogério Nascimento Costa. As cirurgias são realizadas aos sábados e domingos, todas com pacientes advindos do SUS e o mutirão irá acontecer durante todo o mês de setembro.



Cirurgia de artroplastia de joelho, realizada pelos médicos Bruno Houly e Rogério Nascimento da Costa



PROTEÇÃO PESSOAL

Hoje o spray e armas de eletrochoque são considerados Produtos Controlados

Comissão aprova regras para uso do spray de pimenta e armas de choque



A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou proposta que regulamenta a comercialização, a posse e o porte do spray de pimenta e de armas de incapacitação neuromuscular (armas de eletrochoque) para proteção pessoal.

Pela proposta, o spray de pimenta, gás de pimenta ou gás OC para a venda ao público deverá ser acondicionado em recipientes com, no máximo, 50 mililitros. Os produtos só poderão ser comercializados em estabelecimentos autorizados pelo governo federal.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), ao Projeto de Lei 161/19 e apensados. O projeto original, do deputado José Nelto (Pode-

GO), tratava apenas do spray de pimenta. Já o texto aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, que analisou a proposta anteriormente, institui regras para a venda e uso de spray de pimenta e de armas de eletrochoque exclusivamente para a defesa pessoal de mulheres.

"O uso de tais armamentos permite à cidadã brasileira lutar contra aqueles que lhe atentem contra vida ou sua integridade física. Porém, conforme o princípio da isonomia, modificamos o alcance da lei a todos os brasileiros, sem diferença. A criminalidade no território brasileiro atinge a todos, independente de sexo", disse Luis Miranda, ao justificar a mudança no texto.



(82) 3313-4004/ 3023-6240 99374-2442



Quem poderá comprar

De acordo com o substitutivo, a aquisição e o porte de spray de pimenta e de armas de eletrochoque só poderá ocorrer por maiores de 18 anos, mediante apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça federal, estadual e militar e comprovantes de residência.

Menores de 18 e maiores de 16 anos poderão adquirir e portar gás de pimenta com autorização da Secretaria de Segurança Pública do estado de residência e autorização dos pais ou responsáveis, mas para eles será vedado o porte ou a posse de armas de eletrochoque.

A Secretaria de Segurança Pública estadual também poderá autorizar a aquisição do produto para maiores de 18 anos com

algum antecedente criminal, desde que não seja por crimes hediondos ou equiparados, após a comprovação de ocupação lícita.

Hoje o spray de pimenta e armas de eletrochoque são considerados Produtos Controlados pelo Exército e precisam da obtenção de Certificado de Registro (CR) junto ao Comando do Exército para serem utilizados pelo público. O texto dispensa a necessidade do registro para os produtos serem utilizados e vendidos na forma da proposta.

O uso não autorizado, indevido ou em excesso do spray de pimenta para outra finalidade que não seja a comprovada legítima defesa sujeitará o autor à responsabilização civil e criminal.

FINANÇAS

O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no início do mês

Alagoas pode ter prejuízo de R\$ 398 milhões com revisão das regras do IR

O estado de Alagoas deve ter prejuízo na arrecadação tributária de cerca de R\$ 398 milhões, caso os senadores confirmem a aprovação do Projeto de Lei (2337/21) que modifica as regras de cobrança do Imposto de Renda – a chamada reforma tributária fatiada do governo federal. A estimativa é da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no início do mês e, para passar a valer, aguarda aprovação no Senado. A revisão das regras de arrecadação do IR, produzida pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê diminuição da carga tributária para as pessoas jurídicas e aumento da faixa de isenção para as pessoas físicas. A conta livra o governo federal de grandes prejuízos, entretanto, coloca nas costas dos estados e das prefeituras uma queda de receitas de cerca de R\$ 30 bilhões. Os municípios vão perder mais de R\$ 13,1 bilhões, de acordo com a Frente Nacional de Prefeitos – FNP.

Além disso, a revisão do IR não prevê mudanças nas metodologias de arrecadação dos tributos sobre o consumo – PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS – que de fato pesam nos bolsos dos contribuintes e, ademais, não é capaz de modernizar o modelo atual de recolhimento de impostos, classificado por especialistas como oneroso e sufocante para o setor produtivo.

“Ao mesmo tempo em que o governo federal exige dos estados e dos municípios rigor e equilíbrio fiscal, impõe um modelo de reforma tributária repassando a conta para os entes, retirando receita. São os entes que estão mais próximos do cidadão e são os mais cobrados por serviços de qualidade, sem que disponham de nenhum mecanismo para recuperação dessa receita, que é muito importante para prestação desses serviços”, explica Sara Félix, especialista em Direito Tributário da Associação dos Auditores Fiscais de Minas Gerais (AFFEMG).

Empresários, especialistas e gestores defendem a modernização



ampla e necessária do sistema tributário brasileiro é defendida por empresários, especialistas e gestores. A ideia seria instituir no País sistemas unificados de cobranças de impostos, como o IVA (Imposto de Valor Agregado) ou o IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços), por exemplo. Os dois modelos já foram discutidos no Congresso Nacional – PEC 45/2019 e PEC

110/2019.

A reforma tributária ampla pode aumentar em até 20% o ritmo de crescimento do PIB do Brasil nos próximos 15 anos, de acordo com pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo eles, esse resultado será consequência de ganhos de competitividade da produção nacional em relação aos competi-

dores externos e da melhor alocação dos recursos produtivos.

O IPEA considera que as mudanças na forma de se cobrar impostos no Brasil poderiam reduzir a pressão dos tributos sobre o cidadão de menor renda, o que resultaria na diminuição das desigualdades sociais, e isso, segundo especialistas, não é previsto na proposta do governo federal.

DINHEIRO

Alagoas é o estado que possui a CNH mais barata do Brasil

CNH vai ficar mais cara; veja os novos valores

O Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Alagoas (SindCFC-AL), em Assembleia Virtual Extraordinária, na última sexta-feira, 10, discutiu os valores cobrados pelo setor para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que não são atualizados desde 2015. O reajuste começa a valer a partir do dia 20 deste mês.

Alagoas é o estado que possui a CNH mais barata do Brasil. Em média, o candidato a condutor tem que investir R\$ 1.200,00 para conseguir uma habilitação na categoria B, que o autoriza a dirigir automóvel, caminhonete, camioneta e utilitário.

Esse custo poderia ser bem maior, tendo em vista a portaria nº 1982/15, que norteia o preço a ser cobrado pela prestação do serviço das autoescolas. Desde a publicação, o valor cobrado pelas empresas

não sofreu reajuste, mesmo com o aumento dos insumos, principalmente do combustível e aquisição de novos veículos.

Para João Batista, presidente do SindCFC Alagoas, a atualização do serviço é respaldada em levantamentos realizados por um estudo técnico. “O valor do serviço prestado pelo setor autoescola tem como base estudo técnico realizado pelo Sebrae no ano de 2015, que determinou o preço mínimo e máximo a ser cobrado pela CNH. A pretensão é atualizar os valores tendo como base esse levantamento, haja vista a crescente alta nos valores de insumos que usamos diariamente”.

Com o estudo é possível determinar o custo da hora aula em seu valor máximo, levando como base apenas a categoria B, hoje, a CNH em Alagoas deveria custar R\$ 2.967,90, para comportar todos os

custos que as empresas possuem. Para o aluno está hábil para retirar sua habilitação são necessárias 45 horas/aulas teóricas e 20 horas/aulas na prática de direção.

Para os candidatos que precisam tirar a CNH para moto (catego-

ria A) o serviço custa R\$ 977,00. Enquanto aquele que pretende se habilitar para carro e moto (categoria AB) deve investir um valor de R\$ 1.679,00.

A taxa do Detran/AL para os futuros motoristas têm reajuste

anual. Em 2021 a taxa estadual custa R\$ 397,52 para cada candidato. Por essa razão, as empresas também encontram dificuldades para reajustar os valores cobrados pelas aulas teórica, prática e o simulador de direção.



BRASÍLIA

Relatório da CPI pode não avançar quando for encaminhado à PGR

Senador Renan Calheiros quer definição criteriosa de crimes contra Bolsonaro

O relator da CPI da Covid no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou nesta quinta-feira que pretende fazer uma seleção criteriosa dos tipos penais que serão usados contra o presidente Jair Bolsonaro para que o relatório do colegiado tenha consequência rápida na Procuradoria-Geral da República (PGR) e no Tribunal Penal Internacional (TPI).

Para preparar seu parecer final, a comissão tem consultado um grupo de juristas que apontaram ao menos sete crimes praticados por Bolsonaro no enfrentamento à pandemia. Os juristas também devem respaldar a denúncia contra o governo no TPI. “É evidente que nós teremos crimes comuns — são muitos os crimes comuns —, crime de responsabilidade e crime contra a humanidade”, disse Renan. “Mas nós vamos fazer isso com critério, com responsabilidade.”

“Nós não vamos... incoerentemente, querer atribuir um número máximo de crimes apenas para penalizar as pessoas publicamente.



Não. Nós queremos fazer, presidente Omar, escolhas acertadas, para que esse relatório tenha uma consequência rápida na Procuradoria-Geral da

República e também no Tribunal Penal Internacional”, reforçou.

Há receio de que o futuro relatório contra Bolsonaro que

será encaminhado à PGR não avance, diante do fato de o atual procurador-geral, Augusto Aras, ter sido recentemente reconduzido pelo presidente.

BRAGA NETO

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), insistiu na quinta-feira no depoimento do ministro da Defesa, Braga Netto, que já foi o coordenador do comitê de enfrentamento à pandemia do governo federal na época em que foi ministro da Casa Civil. Embora a oposição seja maioria na CPI, não há consenso entre eles sobre a convocação de Braga Netto.

“Eu defendo Braga Netto também. Eu acho que seria importante ouvirmos o general Braga Netto, que foi o coordenador do comitê. Aliás, ele já esteve uma ou duas vezes na Câmara dos Deputados. Isso torna absolutamente natural sua vinda para depor na CPI. Mais do que qualquer um, por ter sido o coordenador do comitê de enfrentamento à covid, eu acho que ele precisa vir. Esse é o ponto de vista do relator. Para que seja o ponto de vista da comissão, precisa ter maioria”, disse Renan.

DATAFOLHA

A curva pode indicar mais um contratempo em um projeto de reeleição

Apoio de evangélicos a Bolsonaro diminui, e reprovação só aumenta

Os recortes da pesquisa Datafolha expõem o derretimento do apoio ao presidente Jair Bolsonaro inclusive entre grupos que, tradicionalmente, integram a base mais sólida. Entre os evangélicos, segmento que conta com acenos frequentes do chefe do Executivo, 29% avaliam o desempenho dele como ótimo ou bom — a aprovação chegou a ser de 40% em janeiro, o que representa uma queda de 11 pontos percentuais no período. Hoje, entre aqueles que se declaram evangélicos, há mais reprovação — 41% fazem esta avaliação — do que endosso, segundo o levantamento.

Desde o primeiro ano de mandato, o segmento é um daqueles em que o apoio ao governo é mais forte do que no conjunto geral da população — empresários e eleitores com

renda familiar mensal acima de dez salários mínimos são alguns dos outros exemplos. O cenário se repete na pesquisa mais recente, mas no patamar mais baixo desde então. Em dezembro de 2019, 36% dos evangélicos qualificavam o governo

Bolsonaro como ótimo ou bom.

O volume começou este ano em 40%, foi a 37% em março e girou entre 33% e 34% até chegar aos atuais 29%. A curva pode indicar mais um contratempo em um projeto de reeleição que já precisará

lidar com resultados econômicos adversos — bancos e analistas reduziram nesta semana a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para menos de 1% — e com questionamentos sobre a condução do país na pandemia, à beira

de 600 mil mortes.

Enquanto lida com a perda de adesão, Bolsonaro segue em contato permanente com lideranças evangélicas — pastores como Silas Malafaia foram bastante atuantes na convocação para os atos de 7 de setembro. Na quarta, Malafaia e outros representantes de igrejas, casos de Estevam Hernandes e César Augusto, estiveram com o presidente, com o objetivo de endossar a ida do ex-advogado-geral da União André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal.

O processo está parado no Senado enquanto o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre (DEM-AP), resiste a marcar a sabatina, mas na conversa, segundo Malafaia, Bolsonaro disse que o único nome na lista é o de Mendonça, o preferido do grupo.



GAFE!

Situação ocorreu quando Igor Timo reclamou de não ter sido chamado para discursar

Deputado federal esquece microfone ligado e xinga Arthur Lira de filho da p...

O deputado Igor Timo (Pode-mos-MG) xingou o presidente da Câmara, o alagoano Arthur Lira (PP-AL), no encerramento da votação no plenário na noite de quarta-feira, 15, sem saber que o microfone estava ligado. A gafe gerou risadas dos demais parlamentares. A Câmara havia acabado de analisar os destaques (sugestões de mudanças) do novo código eleitoral.

Lira se encaminhava para encerrar a votação, fazendo um discurso de agradecimento aos deputados: "Antes de encerrar a votação, em nome de todos, e daqui

de cima a gente tem a felicidade e o ângulo de ver todas as movimentações do plenário...", dizia Lira.

Nesse ponto ele foi interrompido por Timo, que participava de forma remota da sessão e deixou o microfone ligado: "Ele está encerrando já. Ele não vai me deixar falar, de novo. Quer ver, que filho da..." Lira ficou em silêncio por alguns segundos.

Demais parlamentares no plenário gargalharam. O presidente da Câmara então perguntou: "Quem é que falou aí?" "Presidente?", respondeu Timo. "Deputado Igor", disse

Lira, passando a palavra ao parlamentar.

Foi quando Timo pôde, enfim, fazer o discurso que tinha planejado: "Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, presidente, para parabenizar a deputada Margarette Coelho (PP-PI, relatora) pelo belíssimo trabalho, que demonstra a qualidade da mulher brasileira, mostrando que o lugar de mulher é onde ela quiser", afirmou o deputado.

Lira encerrou a sessão sem mencionar o episódio do xingamento.

INTERNET

"Governo vai enviar projeto sobre conteúdo em redes sociais", diz Lira

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o presidente Jair Bolsonaro vai enviar à Casa um projeto de lei sobre remoção de conteúdos de redes sociais. O texto será semelhante ao da Medida Provisória 1068/21, que foi devolvida ao Executivo nesta terça-feira (14) pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por ter sido considerada inconstitucional.

"Eu tenho a informação de que o governo vai mandar para esta Casa um projeto de lei com urgência constitucional tratando do assunto. Penso que esse tema será melhor esclarecido tanto na comissão especial que discute o tema [PL 2630/20, sobre fake news] quanto com a urgência constitucional que deve estar chegando nesta Casa na próxima semana", disse Lira.

A declaração foi feita na noite desta quarta-feira (15), durante a votação de dispositivo sobre tema semelhante no novo Código Eleitoral (PLP 112/21). O Plenário da Câmara aprovou, com o voto favorável de 309 deputados e 166

contrários, uma emenda do PT para dar às plataformas de mídias sociais a autonomia para retirar conteúdos no ar, dando ao autor a possibilidade de reivindicar na Justiça a restauração da publicação.

Para o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), o objetivo da medida é evitar as notícias falsas durante a campanha. "A pessoa que, porventura, tenha sido ou se sentido prejudicada pode mover uma ação para restituição daquele conteúdo. Mas a plataforma não pode conviver com conteúdo criminoso e estar impedida de removê-lo. Nós temos que colocar uma forma de limitação aos conteúdos criminosos, às fake news", declarou.

Já o líder do PSL, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que discorda da devolução da medida provisória e defende o projeto de lei futuro. "Defendemos um texto equilibrado para que não haja, por parte dos provedores de internet, qualquer atitude que represente censura de caráter político, ideológico ou religioso", afirmou.



CORRUPÇÃO

Justiça determinou afastamento de integrantes da Família Garrote de cargos públicos

Protegido de Arthur Lira é acusado de saquear cofres de Estrela de Alagoas

Decisão da Justiça Federal afastou o cargo na quarta-feira (15) o prefeito do município de Estrela de Alagoas. Aldo Lira (PP) é investigado pela Polícia Federal na Operação Aurantium, que apura desvio de verbas da saúde e da educação. A decisão é da 12ª Vara da Justiça Federal. À imprensa, Aldo Lira informou que está ciente da decisão judicial e que vai recorrer da decisão. Agora, que assume temporariamente o comando do município o vice-prefeito Mario Jorge (PP).

A Polícia Federal investiga desde o ano passado crimes contra o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE) e Sistema Único de Saúde (SUS). Na terça, foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão, sequestro de bens móveis e outras medidas judiciais na segunda fase da Operação Aurantium.

Um dos integrantes do esquema estaria o ex-prefeito Arlindo Garrote (PP), coordenador estadual em Alagoas do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), também afastado. Ele foi indicação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Segundo as investigações, o objetivo era justificar as contratações de três empresas inidôneas, que serviram apenas para emitirem notas fiscais frias visando acobertar os vultuosos desvios de recursos públicos do Fundeb e do Programa Nacional do Transporte Escolar PNATE e Sistema Único de Saúde (SUS). Os policiais federais identificaram que, entre 2013 e 2015, a empresa contratada, que existia apenas "no papel", recebeu R\$ 12.951.213,73 (doze milhões novecentos e cinquenta e um mil duzentos e treze reais e setenta e três centavos) dos cofres públicos de Estrela de Alagoas/AL, sendo comprovado que apro-



Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira e o ex-prefeito Arlindo Garrote (PP) ximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) foram sacados "na boca do caixa", logo após o dinheiro sair dos cofres do município. Entre os anos de 2017 e 2020, a investigação constatou que outras duas empresas, também inidôneas teriam recebido, no mínimo, R\$ 3.112.158,9 (três milhões cento e doze mil cento e cinquenta e oito reais e noventa centavos) dos cofres públicos estrelenses.

Chamou atenção dos policiais um contrato de locação de veículos e

máquinas com valor inicial de R\$ 5.602.338,66 (cinco milhões seiscientos e dois mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), sobre o qual foram realizados dois aditivos de prazo, com o mesmo valor, totalizando a quantia absurda de R\$ 16.807.015,98 (dezesseis milhões oitocentos e sete mil quinze reais e noventa e oito centavos) de despesas pelo diminuto e pouco populoso município de Estrela de Alagoas/AL, no curto espaço de três anos (abril de 2017 até a presente data).